



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU**

Processo nº 0002790-74.2019.8.17.2480

**TERMO DE AUDIÊNCIA – MUTIRÃO DPVAT**

Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano de 2019, às 13h, nesta cidade e Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, nesta Secretaria e Comarca, à Avenida José Florêncio Filho, s/nº, no Edifício do Fórum Juiz Demóstenes Batista Veras, onde presente se achava a Dra. Ana Roberta Souza Maciel de Lira Freitas – Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, comigo, servidora, adiante nomeada e abaixo assinado. Determinou a MM. Juíza que se abrisse a audiência com os pregões de estilo, estando presente a parte Demandante **VANIA GERCINA DA SILVA SOBRAL**, acompanhada de seu/sua advogado(a), o(a) Bel(a). KELLY FERREIRA OAB/PE 30.588. Presente à parte demandada **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, através do preposto Clyver Ewerton Santana Teixeira acompanhado do advogado o Bel. Fábio Roberto Barbosa Silva OAB/PE 19.716.

**ABERTA** a audiência o patrono da parte demandada pugnou pela concessão de prazo para a apresentação de carta de preposição e substabelecimento, o que foi deferido, concedendo-lhe o prazo de 05 (cinco) dias.

**INSTALADA A AUDIÊNCIA**, a MM. Juíza oportunizou às partes a manifestação acerca do **laudo pericial** produzido na presente data, tendo as partes informado que nada tinham a opor.

A parte autora informou que, considerando o resultado obtido com a perícia, **renunciava** à pretensão, tendo a parte demandada **anuído à citada renúncia.**

Mais a mais, as partes informaram que **renunciavam ao prazo recursal.**

Em seguida, a magistrada passou a prolatar a seguinte **sentença:**

**SENTENÇA**

Trata-se de pedido formulado por **VANIA GERCINA DA SILVA SOBRAL**, através de advogado regularmente habilitado, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, ambos devidamente qualificados, objetivando ao recebimento de indenização do seguro por danos pessoais causado por veículos automotores – DPVAT, em face de invalidez permanente, no equivalente ao valor obtido em perícia, acrescido de juros, correção



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU**

monetária, honorários advocatícios e demais correspondentes do ônus sucumbencial sobre o total apurado.

Aduz o demandante que apenas recebeu a quantia de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, em face da invalidez.

Citado o réu apresentou contestação conforme certidão de ID. 46496064.

Renúncia à pretensão realizado pela parte autora, nesta audiência.

A parte ré anuiu à renúncia e ambas as partes renunciaram ao prazo recursal.

Colacionou documentos.

**Eis o relatório.**

**Passo a decidir fundamentadamente.**

Em audiência de realização de perícia, a parte requerente, expressamente, pugnou pela extinção do feito em razão da renúncia à pretensão formulada, a teor do disposto no art. 487, III, c, CPC. Verifico que se trata de direito disponível, não havendo razão para não homologação do pedido de extinção por renúncia à pretensão. Impõe-se, portanto, a **extinção do feito com resolução do mérito**.

Ante o exposto, e por tudo que dos autos consta, diante do requerimento da parte demandante e com fundamento no art. 487, III, c, do Código de Processo Civil, ao tempo em que **homologo** o pedido de renúncia à pretensão formulada na ação, **extingo** o presente feito com resolução do mérito.

Custas e honorários que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa pela parte autora, todavia, concedo-lhe o benefício da justiça gratuita, ficando a exigibilidade desta suspensão nos termos do art. 98, §3º, NCPC.

Caso não haja depósito de honorários periciais, nesses autos, fica desde logo a seguradora ré intimada a depositar o valor de R\$ 200,00 (duzentos) reais.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU**

Na hipótese de já haver depósito de honorários nos autos, expeça-se desde já alvará em nome do perito.

**Publique-se. Registre-se. Parte intimadas em audiência.**

Dada a renúncia ao prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e não havendo determinações pendentes de cumprimento, **arquivem-se** os presentes autos, com as cautelas de praxe, procedendo-se com as devidas anotações junto ao Sistema.

Demais diligências. **Cumpra-se de ordem.**

Caruaru, 13 de junho de 2.019

**ANA ROBERTA SOUZA MACIEL DE LIRA FREITAS**  
**JUÍZA DE DIREITO**

Nada mais havendo, mandou a MM. Juíza encerrar este termo que, lido e achado conforme, segue devidamente assinado. Do que, para constar, eu, \_\_\_\_\_ (Suellen Karoline Graciano de Lima Bessone), técnica judiciária, digitei e assinei.

JUÍZA DE DIREITO: \_\_\_\_\_

PARTE AUTORA: Leandro Garcia da Silva Sobral

ADVOGADO DA PARTE AUTORA: Kelly Ferreira

PARTE DEMANDADA: \_\_\_\_\_

ADVOGADO DA PARTE DEMANDADA: \_\_\_\_\_